

Soberania e segurança alimentar

Maria Eduarda Quiroga Fernandes*

Por que falar em Soberania Alimentar? O que isso quer dizer? Soberania Alimentar é o direito que os povos, os países ou as uniões de estados têm de definir suas políticas agrícolas e alimentares e protegerem sua produção e sua cultura alimentar para não serem prejudicados pelos demais.

A luta por soberania alimentar é, portanto, a luta de um povo para produzir aquilo que deseja comer. Neste sentido, as mulheres são sujeitos políticos centrais da luta, devido aos seus conhecimentos na produção e no preparo dos alimentos. Assim, uma nação que assume este desafio de construir a sua soberania alimentar está também em busca de novas relações sociais, livres de opressão e das desigualdades entre homens e mulheres.

O princípio da Soberania Alimentar foi proposto pela Via Campesina, a partir de 1996, para se contrapor às políticas neoliberais que protegem o interesse das grandes empresas. Para a doutrina do Livre Comércio, a alimentação é apenas mais uma mercadoria, não é um direito. Para os movimentos do campo, a idéia de soberania alimentar é também uma ferramenta de luta e de propostas que abrangem desde os governos locais até as instituições internacionais.

A soberania alimentar é necessária para se ter segurança alimentar, e isto significa ter o controle pela comunidade ou nação sobre a produção e distribuição dos alimentos de que se necessita. Sem esta soberania não há segurança real, porque as transnacionais tentam impor modelos/padrões alimentares. O socioeconomista Marcos Arruda diz “que há uma íntima conexão entre a segurança e a soberania alimentar. Nenhum país, nenhum povo pode garantir sustentavelmente a sobrevivência dos seus habitantes sem ter o controle dos meios de produzir o alimento consumido dentro das suas fronteiras. Isto é insegurança alimentar, uma praga socioeconômica ligada

à perda de soberania sobre sua própria economia, produtos e mercados. Que é Fome? É a carência individual ou social de nutrição para satisfazer a necessidade de alimento. Insegurança alimentar é a falta persistente de acesso a alimentos devida não a falta de alimento, mas à falta de acesso à terra e a outros recursos produtivos (população rural) e ao insuficiente poder de compra (população urbana).”¹

A insegurança alimentar é um problema estrutural no Brasil. Está relacionada à histórica ausência de uma reforma agrária, com taxas crescentes de exportação de alimentos para mercados externos, com a crescente dependência de empresas transnacionais da agroindústria, com a centralização do controle sobre ativos e recursos naturais, com a concentração da renda, os baixos salários, os altos índices de desemprego, as políticas recessivas ou de baixo crescimento.

A luta pela Soberania Alimentar nos tempos atuais enfrenta novos e velhos desafios. Hoje o agrocombustível entra em cena como mais um potencializador do agronegócio em países como o Brasil, assim como os transgênicos e o mau uso da biotecnologia que contaminam o solo, dificultando o plantio de sementes orgânicas e ou criollas.

Lutamos contra o poder das transnacionais, contra a opressão e a exploração, e pelo direito dos povos a comer, cultivar, distribuir e preparar os alimentos com autonomia, sem dever nada a ninguém, compartilhando responsabilidades e tarefas pela sustentabilidade da vida humana. Assim, convidamos vocês, lutadores/as sociais, a ler esta edição do Informativo PACS, a primeira de 2008, e entrar conosco nesta luta! ☺



*Historiadora e educadora popular do PACS.

¹Segurança alimentar, só com soberania alimentar. Marcos Arruda, Pacs. Rio de Janeiro, novembro de 2004.

Colonialismo verde e a dependência alimentar brasileira

Jean Pierre Leroy*

Segundo o Fórum Mundial de Soberania Alimentar de Cuba, em 2000, “a soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental”. Fica claro nessa definição como o modelo de produção e de consumo alimentares, que é parte integrante do modelo de desenvolvimento hegemônico, fica distante de um projeto de Soberania Alimentar.

Com o desenvolvimento histórico do capitalismo industrial, ampliou-se o processo através do qual o modelo de desenvolvimento se sustenta pelo consumo da natureza (os recursos minerais e florestais, a biodiversidade, os solos, as águas, etc.) e pela exploração do trabalho humano. Este consumo, indiscriminado e praticamente gratuito, de natureza e do trabalho humano, é feito à custa da destruição e da exaustão do meio ambiente e de seus recursos naturais. E, conseqüentemente, à custa da possibilidade dos seres humanos – e, mais especificamente, aqueles dos setores sociais de menor renda, que são os mais diretamente afetados pela degradação do espaço – disporem deste ambiente e destes

recursos que garantem o bem estar e um desenvolvimento sustentável e democrático. O modelo dominante – ao qual contribuem as elites brasileiras que detêm historicamente o poder político e econômico – faz

se através do duplo movimento de opressão e sobre-exploração de grande parte da humanidade e do meio natural. Surgem daí os conceitos de “dívida social” e de “dívida ecológica”.

Tomemos como exemplo de dívida social e ecológica que afeta a Soberania Alimentar a Revolução Verde. Ela aprofundou a dependência da agricultura às agroindústrias e ao mercado mundial, dominado pelos países do Norte, e expulsou a maioria do campesinato para as periferias urbanas. Ao impor uma agricultura baseada na mecanização intensiva e pesada, no uso de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes híbridas, esse modelo produziu e



continua a produzir uma série de impactos: degradação do solo, poluição das águas, erosão genética, novas pragas. Esses impactos são particularmente sensíveis nos países tropicais, com solos mais frágeis, forte insolação e maior biodiversidade. Trata-se, assim, de um modelo de agricultura que, de um lado, projeta o Brasil como grande produtor e exportador e, do outro lado, empobrece nosso território, hipotecando o futuro e levando à ocupação indiscriminada de terras novas em prejuízo da manutenção das nossas florestas e cerrados. Mais ainda, promove a expulsão do campo e a extinção progressiva da agricultura familiar, por exigir concentração de terra, e afeta, em proporções insuspeitadas, a saúde dos trabalhadores e consumidores, especialmente a das mulheres e crianças. A imposição indiscriminada desse modelo, por causa desses impactos, exige reparo.

Países industriais, num momento em que se avoluma a crise climática, atribuem ao Brasil, graças a seu clima e sua extensão, uma grande importância como receptores de projetos no quadro do mercado de carbono, que lhes permitiriam continuar poluindo enquanto apoiariam aqui projetos com menor impacto ambiental, como produtores de agrocombustíveis e como produtores de matérias-primas e de *commodities* exigentes em consumo de natureza e de recursos naturais.

Podemos chamar essa nova forma que toma a dependência e a subordinação brasileira à economia mundial de Colonialismo Verde. Com ele, não há dúvida que vai crescer a dívida social e ecológica da qual são credores, em primeiro lugar, os povos e populações que vivem na (e da) terra, e que se obstinam à luta pela Soberania Alimentar.

*Coordenador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático (PBSD) da FASE-Rio.

O direito de não plantar transgênicos

Gabriel B. Fernandes*

“Não quero pagar por aquilo que não plantei”. A frase da agricultora Vilma Ferronato, de Medianeira (PR), que na safra de 2006-2007 teve sua soja orgânica contaminada pela transgênica, ilustra bem como a liberação dos transgênicos vem violando direitos básicos dos agricultores. Ao contrário do que diz a indústria da biotecnologia, a experiência vem mostrando que não há coexistência possível entre transgênicos e outras formas de agricultura. O que se percebe, na verdade, é que a disseminação ilegal de transgênicos e a contaminação genética estão no centro da estratégia da indústria biotecnológica, visando tornar sua presença um fato consumado. Foi assim que aconteceu

com a soja e o algodão modificados, ambos da empresa Monsanto, e liberados após contrabando de sementes e contaminação da produção.

Recentemente, o governo federal tomou uma medida que agravará ainda mais a situação: liberou o uso comercial de duas variedades de milho transgênico – uma da Bayer e outra da Monsanto. A promoção do agronegócio é tão presente no governo que a liberação passou por cima dos pareceres da Anvisa e do Ibama, que afirmaram não estar comprovada a

segurança desses milhos, nem para a saúde nem para o meio ambiente. Uma terceira variedade de milho transgênico liberada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, desta vez da multinacional Syngenta, também foi contestada pela Anvisa. Curiosamente, depois da primeira decisão do governo em favor da liberação, o Ibama/MMA não contestou a liberação do milho da Syngenta. Cabe lembrar que, do ponto de vista da modificação genética, a variedade da Syngenta corresponde ao cruzamento entre as variedades da Bayer e da Monsanto. Sendo assim, não faltariam argumentos para a contestação técnica do órgão ambiental.

Por ser uma tecnologia patenteada, a contaminação extrapola as perdas de mercado e de diversidade genética e cai no campo da propriedade intelectual. Aqui no Brasil já foram relatados casos de produtores convencionais que tiveram suas lavouras de soja contaminadas e foram



obrigados a pagar *royalties* à Monsanto. A suspeita levantada pelos agricultores no Oeste do Paraná é que as sementes compradas como convencionais já estão vindo com um certo nível de contaminação. Para agravar a situação, está ficando cada dia mais difícil achar sementes de soja não-transgênica no mercado. No caso da família Ferronato, a contaminação da soja orgânica ocorreu no momento da colheita, pelo uso de maquinário arrendado.

A *transgenia* é há tempos anunciada como uma nova “revolução tecnológica” que permitirá uma infinidade de inovações através da modificação genética dos organismos. Entretanto, na prática, as sementes transgênicas têm representado um novo ciclo de aprofundamento do modelo no qual se forja uma padronização global da agricultura e uma dependência total do agricultor em relação a um grupo reduzido de empresas multinacionais. Esse controle crescente do mercado de sementes, somado aos riscos da contaminação, afeta diretamente a soberania dos agricultores.

Considerando que essa grande concentração do mercado sementeiro resulta da compra de uma infinidade de pequenas e médias empresas nacionais, e também da fusão de grandes multinacionais das áreas de agrotóxicos, sementes e fármacos, seus impactos estendem-se também sobre os consumidores de forma geral. Com o controle cada vez maior sobre as sementes, essas empresas passam a ter cada vez mais condições de ditar o quê e como será plantado, e o que será consumido.

O caminho para a Soberania Alimentar passa por um amplo processo de reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar com base na adoção da agroecologia. No centro desse debate está a disputa sobre o controle das sementes. Nele, sociedade civil e governo estão caminhando para lados opostos. ☹

*Agrônomo, assessor técnico da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). - www.aspta.org.br

Agricultura na cidade e a segurança alimentar e nutricional

Marcio Mattos de Mendonça*
Denis Monteiro**



Significativa parcela das populações residentes nas periferias das grandes metrópoles brasileiras é oriunda dos intensivos processos de migração campo–cidade ocorridos nos últimos 40 anos. Ao se estabelecerem no meio urbano, as famílias de antigos agricultores se viram obrigadas a desenvolver modos de vida muito diferentes daqueles regulados pelos ciclos da natureza a que estavam habituadas.

Se, por um lado, esses novos modos de vida assimilam a essência das formas de convivência propriamente urbanas, por outro, retêm antigas práticas provenientes de suas origens rurais, que continuam a se manifestar no vocabulário, na culinária, nas artes, na sociabilidade, etc. Esse verdadeiro amálgama cultural favorece que famílias socialmente marginalizadas nas cidades mobilizem sua inteligência criativa para desenvolver estratégias de sobrevivência ajustadas aos novos contextos de precariedade e de privação de direitos elementares aos quais estão submetidas, entre eles o de se alimentar de maneira saudável e equilibrada.

A agricultura na cidade, seja em resquícios de áreas rurais, seja no mais urbanizado dos espaços - lajes, apartamentos, quintais domésticos ou de escolas, igrejas, entre outros - possibilita o exercício de práticas de produção alimentar ainda bastante presentes nas referências culturais dessas populações.

São diversas as motivações para a prática da agricultura na cidade como, por exemplo, a preocupação com a alimentação, em relação à disponibilidade e qualidade do alimento e sua interferência na saúde; a questão do prazer e do gosto de plantar; e o cultivo como forma de ocupação e terapia. A maior qualidade dos alimentos produzidos, devido à não-utilização de produtos químicos no processo produtivo, e ao fato de serem colhidos na hora, é outro aspecto valorizado pelas famílias. Para algumas das famílias mais pobres das comunidades urbanas, o quintal é a única fonte de hortaliças e frutas.

A restrição de espaço e a baixa qualidade das terras dos quintais são limitantes à realização da agricultura na cidade. Os moradores das comunidades têm buscado alternativas adaptadas a esse ambiente, como o uso de vasos, latas, potes, pneus velhos, bidês, bacias, canteiros de alvenaria ou madeira para cultivo de plantas ornamentais, medicinais, temperos e outras hortaliças que não necessitam de muito espaço.

Do ponto de vista dos impactos quantitativos na alimentação, a produção de alimentos na cidade não supre, e dificilmente tem potencial para suprir, na totalidade, as necessidades nutricionais dos moradores. No entanto, a produção local é uma forma de acesso aos alimentos distinta dos mecanismos de mercado ou assistencialistas, comuns no contexto urbano, o que coloca uma perspectiva de maior autonomia das populações.

Em relação à qualidade dos alimentos e da alimentação, a produção de frutas e hortaliças cumpre papel importante no fornecimento de nutrientes, especialmente vitaminas e sais minerais, dos quais as dietas das famílias mais pobres são em geral carentes. Além disso, permite uma diversificação dos hábitos alimentares e facilita processos de educação alimentar e nutricional. Outro aspecto especialmente valorizado pelas famílias é a não-utilização de produtos químicos na produção.

As especificidades da agricultura na cidade colocam alguns desafios do ponto de vista teórico, metodológico e tecnológico. O enfoque agroecológico deve dar conta dessas especificidades, apreender as dinâmicas existentes e a relação da agricultura com outras questões importantes do meio urbano, identificar as limitações técnicas e organizativas e potencializar as iniciativas em curso, valorizando a diversidade. Estratégias uniformizadoras, como os projetos de implantação de hortas comunitárias sem a participação das comunidades, restringem as capacidades criativas das populações socialmente marginalizadas nas cidades.

*Engenheiro Agrônomo, coordenador do programa de agricultura urbana da AS-PTA. urbana@aspta.org.br

**Engenheiro Agrônomo, assessor técnico do programa de agricultura urbana da AS-PTA. urbana@aspta.org.br

Mulheres em luta mundial pela Soberania Alimentar

Miriam Nobre*

Soberania Alimentar “nos traz esperança e poder para conservar, recuperar e desenvolver nosso conhecimento e nossa capacidade de produzir alimentos”; é uma estratégia para resistir e destruir o livre comércio e os modelos alimentares impostos. Supõe novas relações sociais livres de opressão e das desigualdades entre mulheres e homens, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações. Esta é a declaração do *Fórum Social pela Soberania Alimentar Nyéléni*, que aconteceu em fevereiro de 2007, no Mali, África. A Marcha Mundial das Mulheres, Via Campesina, Amigos da Terra Internacional, entre outras organizações, contribuíram para este processo de debate e ação comum no qual as mulheres participaram de maneira muito ativa. Os debates destacaram o acesso das mulheres à terra e a afirmação de seus conhecimentos na produção e preparo dos alimentos. O mito de Nyéléni, uma camponesa que domesticou espécies fundamentais na alimentação de seu povo, nos serviu de referência.

Naquela região, as mulheres encontram restrições no direito costumeiro e pouca efetividade nas legislações modernas para terem acesso à terra. Em casos de separação ou viuvez é negado o direito de continuarem produzindo, tomam-lhes suas terras, obrigam-nas a casar com o cunhado ou inviabilizam seu acesso a crédito e meios de produção. As moças raramente herdam a terra, são empurradas para a migração às cidades, não raras vezes para a prostituição e o tráfico sexual.

Os debates destacaram o acesso das mulheres à terra e a afirmação de seus conhecimentos na produção e preparo dos alimentos.

Mesmo o direito legal à terra muitas vezes não é suficiente para que as mulheres possam decidir sobre seu uso. Os conflitos de interesses sobre o uso da terra no interior das famílias e das comunidades aumentam em razão da privatização e da expansão dos monocultivos. Quando os agricultores são convencidos a produzir de forma integrada com empresas, ou a plantar em toda sua terra um só cultivo, eles restringem ou negam às mulheres suas hortas e pequenas criações em razão do pouco espaço, ou porque tais terras são consideradas contaminantes. Da mesma forma, o cercamento de áreas comuns, onde as mulheres buscam

lenha, ervas medicinais ou água faz com que tenham que caminhar muito mais, ou se submeterem a situações de risco. Com isto, refletimos como é possível que nas experiências de posse e uso coletivo do território os desejos e as práticas das mulheres sejam considerados.

O reconhecimento da contribuição das mulheres para a agricultura não deve ser só por produzirem 80% dos alimentos nos países considerados pobres, mas por seus saberes e tecnologias de produção. As mulheres têm resistido na produção de hortaliças e plantas medicinais, na criação de pequenos animais, na manutenção de seus conhecimentos



Fórum pela Soberania Alimentar Nyeleni, em 2007: mulheres em ação.

importantes sobre o plantio, o cuidado, o preparo e o uso dos mesmos. Seleccionam e melhoram espécies considerando o gosto, a rusticidade e, assim, tornam-se guardiãs da biodiversidade. Mesmo que ainda seja pouco reconhecido o significado político desta resistência. O conhecimento das mulheres, assim como a variedade das sementes que cuidam, são enriquecidos com a troca e o intercâmbio entre iguais. Assim elas questionam os sistemas hegemônicos e verticais de assistência técnica e extensão rural.

O Fórum de Nyéléni foi também um exercício para os grupos de mulheres da região responsáveis pelo preparo de mais de 1.000 refeições diárias durante o evento. Elas utilizaram ingredientes e receitas locais, adaptando-se às diferentes culturas alimentares. Esta vivência nos fez refletir sobre a divisão sexual do trabalho; mulheres na cozinha e homens esperando serem servidos. Nos fez também enfrentar tal questão, como quando decidimos que a diária que as mulheres receberam no preparo e distribuição das refeições seria a mesma que os homens receberam na construção do centro de formação onde foi realizado o Fórum. Este grupo de mulheres agora permanece como uma cooperativa que fornece alimentos àquele espaço.

As mulheres, nos debates e ações do Fórum, reafirmaram “a determinação de nossa luta para mudar o mundo capitalista e patriarcal que prioriza o mercado em detrimento dos direitos das pessoas, e que considera o alimento, a água, o conhecimento dos povos e o corpo das mulheres como simples mercadorias.”¹

*Secretariado Internacional – Marcha Mundial das Mulheres.

¹ Declaração de las Mujeres por Soberania Alimentaria. Nyéléni, 2007.

Agrocombustíveis - ameaça à soberania alimentar

Camila Moreno*

Muito vem sendo debatido sobre os agrocombustíveis e sobre os impactos ambientais e sociais desta nova e voraz frente do agronegócio, das monoculturas industriais e da biotecnologia. A questão mais evidente é que os produtos da agroenergia das corporações, para atender a demanda insustentável e sempre crescente de energia, somam um novo fator na competição por terra agriculturável (tropical) e água, colocando em risco a produção, o acesso e influenciando no preço dos alimentos, além de promover o desmatamento e a destruição de ecossistemas e da biodiversidade, aprofundando os efeitos do modelo da agricultura industrial. A seguir, este artigo destaca algumas das principais críticas envolvendo o assunto.

O impacto dos agrocombustíveis no preço dos alimentos – Os preços globais dos alimentos aumentaram 37% em 2007, sobre um aumento de 14% ocorrido em 2006, de acordo com um estudo baseado nos preços de exportação de mais de 60 alimentos comercializados internacionalmente, realizado pelo Índice de Preços dos Alimentos, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Os altos preços do milho (principal insumo para o etanol estadunidense) geraram um efeito cascata sobre vários produtos industrializados, impulsionaram a alta da soja (substituto do milho para as rações) e também no preço dos óleos de cozinha (soja, canola e palma africana). Esta tendência tomou dimensões de convulsão social com a disparada do preço da Tortilla, no México, em janeiro de 2007, e da alta do preço do óleo de cozinha, principal fonte de calorias para a população pobre na Ásia.

Falsa solução para o aquecimento global – O principal argumento que sustentava a febre dos agrocombustíveis - o apelo ecológico de adotar combustíveis 'limpos' para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas - vem sendo reiteradamente contestado e enfraquece a cada dia. Do ponto de vista técnico, estudos e comprovações científicas abrangentes vêm demonstrando que, ao contrário do que se propõem, os agrocombustíveis podem de fato agravar o aquecimento global. Estes argumentos científicos sobre o

balanço energético negativo, utilizados no ativismo de grupos ambientalistas e na divulgação de informações nos meios de comunicação, vêm fornecendo uma base concreta para que a própria União Européia (um vasto mercado cativo em potencial) esteja atualmente revendo suas metas de adoção progressiva de agrocombustíveis, e estude a possibilidade de proibi-los em certos casos.

A falácia da agricultura industrial: o modelo agroquímico e mecanizado é petro-dependente em energia e insumos, além da energia e do combustível utilizado no processamento e transporte de mercadorias das cadeias globalizadas de logística e distribuição de alimentos, fibras e combustível ao redor do globo. As mudanças climáticas e o 'pico do petróleo' (esgotamento das reservas e altos preços) são ameaças fatais à

agricultura industrial globalizada, cuja hegemonia deveria ser desafiada por um novo paradigma de produção e consumo baseado na agricultura local e em pequena escala, como alternativa e transição à dependência do petróleo. A agricultura camponesa e de bases ecológicas é um instrumento efetivo, capaz de 'resfriar o Planeta' e assegurar a produção local de alimentos e energia.

Transformar a agricultura e transformar a sociedade: A oposição e enfrentamento dos movimentos sociais ao avanço dos agrocombustíveis vem sendo inserida em uma agenda política de transformação estrutural da sociedade e de reconhecimento da grave crise ecológica que ameaça a vida no Planeta. Neste âmbito, os agrocombustíveis

funcionam como um tema catalítico e aglutinador, impedindo que se reduza a discussão sobre 'energia' ou agroenergias limpas como temas isolados de medidas amplas de transformação estrutural da agricultura, e ampliando o debate para os campos da infra-estrutura, do transporte, da habitação e da matriz industrial dependente do petróleo.

Nesta transição energética, a Soberania Alimentar e a Soberania Energética são conceitos que ajudam a pensar outra lógica de ocupação do território e de controle dos recursos naturais comuns. ☺

*Doutoranda da CPDA/UFRRJ, pesquisadora da Terra de Direitos.



Informações
PACS

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Equipe: Ana Cândida, Eliane Macedo, Gabriel Strautman, Gustavo Vaccihi, Jussara Oliveira, Leilane Brito, Leila Salles, Maria Eduarda Quiroga, Marcos Arruda, Peter Gerhard, Rita de Cássia, Robson Patrocínio, Sandra Quintela.

Edição: Márcia Shoo 805-MTB/AL

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccihi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609

Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476, de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social - inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003